

“Quadrados burros”, “espinhas de peixe” e outros caminhos no meio rural amazônico¹

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Introdução

Conforme as diretrizes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1984), a colonização da Amazônia funcionou como ocupação de “vazio demográfico”, “pilar de integração da Amazônia ao território nacional”. Os funcionários do Incra que trabalharam em Rondônia, à época, utilizavam a expressão “quadrado burro” para denominar as áreas de ocupação. Os lotes eram recortados em forma de retângulos que não obedeciam a limites de relevo ou hídricos, tornando, muitas vezes, a produção inviável. No caso de Roraima, utilizava-se a expressão “espinha de peixe”; a terra também era vista a partir da prancheta da administração estatal, organizada a partir de uma vicinal que recebia a denominação de tronco, de onde partiam outras – as “espinhas”, recortando os lotes.

As noções de terra, família e deslocamento mobilizadas por essas famílias descrevem não somente a história de colonização, mas também um modo de existência próprio dos chamados “pioneiros”, profundamente articulado aos movimentos. Mais do que simplesmente descartar a noção de migrante (SAYAD, 1998, p. 16), o intuito foi problematizá-lo como um pro-

¹ Versão revista do artigo apresentado no grupo de trabalho Antropologia das Mobilidades, durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020, em modo virtual.

cesso social ou um “fato social total”, para utilizar os termos maussianos citados pelo autor.

Marques (2015) salienta que a mobilidade não tem um efeito de desagregação necessariamente, trazendo, ao contrário, mais movimentação nas redes de parentesco e de amizade nos contextos em que a autora pesquisa. Na pesquisa apresentada neste texto, também se verifica que as movimentações de família são responsáveis tanto em Rondônia quanto em Roraima, em última medida, por criar mais famílias, tornando a ruptura parte constitutiva – portanto, não disruptiva – da dinâmica familiar.

A partir da denominação oficial das terras que foram “recortadas” na Amazônia nesses dois estados, o objetivo deste texto é compreender a problematização do uso das terras, tanto nas “espinhas de peixe” quanto nos “quadrados burros”, pelas famílias beneficiárias.

Os dados etnográficos foram construídos a partir de pesquisas realizadas em dois estados da Amazônia brasileira: Rondônia e Roraima, centrando na apreensão nativa das categorias terra, família e deslocamento. Os contextos de estudo em Rondônia são os PAD (Projetos de Assentamento Dirigidos) Burareiro e Marechal Dutra, criados respectivamente em 1974 e 1978, em Ariquemes, nordeste do estado. Já em Roraima, o contexto de pesquisa é a vila de Entre Rios, localizada no município de Caroebe, no sudeste do estado, cujos moradores ainda possuem terras no Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu, criado em 1983.

“Quadrados burros” – cortes de terras e o “esparrear” de famílias em Rondônia

A partir da década de 1970, em especial, a Amazônia passou a ser considerada a nova fronteira agrícola nacional². O Incra foi criado em julho de 1970³.

2 Cf. Apêndice dos *Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*, 1984.

3 O Incra foi fundado pelo Decreto-Lei nº 110 de 09 de julho de 1970. Logo depois, em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).

Naquela época, o país atravessava os chamados “anos de chumbo”, que compreendem o momento da edição do AI-5 no fim de 1968, até o final do governo Médici, em 1974. A expressão se deve à caracterização do período como o mais repressivo da ditadura brasileira. Naquela década, como parte de um esforço de complementaridade entre a Amazônia e a região Nordeste, surgiram vultuosos programas nacionais, como o PIN e o Proterra. O objetivo destes programas era:

[...] [alcançar] um desenvolvimento espacial integrado, pela combinação dos fatores regionais das duas áreas geográficas, onde o Nordeste se caracterizava por excedente populacional, baixo nível de renda, além de problemas das secas, e a Amazônia, como área de baixa densidade populacional, mas com grande potencial de recursos naturais. (INCRA, 1984, p. 658).

A noção de colonização organiza o processo de ocupação articulado pelo Governo Federal. A diferenciação entre colonização dirigida e espontânea é relevante para marcar a denominação utilizada pelo Governo Federal⁴ à época. A colonização dirigida é caracterizada por uma intensa ação do Incra, com a realização de propaganda e processo de seleção das famílias, ao passo que o movimento de colonização espontâneo reflete um processo de mudança da política governamental, por meio do qual o Incra se compromete em consolidar os projetos já iniciados. Jean Hébette (2004, p. 83) afirma: “Encontrou-se, novamente, na colonização, uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição de terras aos trabalhadores”. De acordo com os relatos das famílias entrevistadas, por parte do Governo Federal, houve o “direcionamento” para a área de Rondônia

4 Tal como salienta Becker (1990, p. 177), para o caso da colonização de Rondônia especificamente: “A estratégia do Estado é poderosa. Induz a migração, oferece parques recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos; dirige o processo de povoamento, mas coopta lideranças de sociedade civil, que se transformam em seus agentes locais, ou cria outras, oferecendo cargos no aparelho de Estado local. Organiza-se, assim, o poder, numa relação que usa amplamente o trabalho dos migrantes [...]”.

e, posteriormente, de Roraima, na medida em que propagandas sobre as terras do estado foram difundidas particularmente na região Centro-Sul do país. No entanto, o processo de colonização tanto em Rondônia quanto em Roraima não deve ser considerado como “dirigido” ou “espontâneo”, tal como apresentado acima, pois o que ocorreu foi a veiculação de propagandas e de incentivos de distribuição de terras por parte do Governo Federal. Isso não representou um saldo de distribuição equitativa de terras nem condições de infraestrutura para a permanência no campo das famílias que assim projetassem as suas condições de reprodução social. Portanto, a colonização foi direcionada pelo Governo Federal, mas não “dirigida” ou “espontânea”.

Havia a ideia difundida de que o “Estado era o Incra”, mas outros órgãos federais compunham a organização institucional no estado de Rondônia à época da colonização, tais como a Superintendência de Campanhas da Saúde Pública (Sucam), que esteve presente durante o período de colonização, tendo como finalidade, de acordo com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), contribuir para a erradicação e o controle de grandes endemias no Brasil, sendo a malária umas das mais recorrentes na Amazônia.

Via de regra, era consenso entre os funcionários do governo militar que o processo de colonização não poderia ser realizado com aqueles que já viviam na área do estado de Rondônia. Segundo os relatos dos funcionários do governo, as populações indígenas não “sabiam trabalhar”; dessa forma, foram deslocadas ou mesmo expulsas em função de iniciativas ligadas à colonização, como a abertura da rodovia federal BR-364. Outro critério necessário para o “perfil” era “possuir família”; portanto, os garimpeiros, isto é, aqueles que extraíam principalmente ouro e cassiterita da região não poderiam ser proprietários de terra, já que não se enquadravam na noção de unidade familiar idealizada pelo Governo Federal. Assim, a propaganda estatal atuava como um “chamamento”, já que havia a “necessidade” de trazer famílias de outros estados. Isso dificultava o cadastramento das famílias, o que acabava por expor a própria fragilidade do órgão federal no atendimento de todas as demandas do processo de colonização.

Uma família⁵ considerada apta para receber a terra tinha que ter braços para a força de trabalho⁶ e não possuir muitos familiares com idade mais avançada ou muitas crianças, porque receberiam a caracterização, com a conotação negativa, de *peso*. No núcleo familiar, os mais velhos são considerados responsáveis e mais valorizados dentro da organização familiar, geralmente pais ou irmãos mais velhos. Fica claro que os critérios da administração federal da época estavam, muitas vezes, em oposição aos critérios familiares para a atribuição da caracterização de uma “família forte”, já que são os membros familiares mais velhos, que possuem o conhecimento do saber-fazer na terra (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), aqueles que repassam as informações aos mais novos.

Para fins deste artigo, apresentarei brevemente parte de relatos de dois pioneiros de Ariquemes, em Rondônia: Abel Zanella, que possuiu um lote no PAD Burareiro, e Adalberto Martini, que foi selecionado para ocupar um lote no PAD Marechal Dutra⁷. Conheci o senhor Abel Zanella por indicação de outra família pioneira que me recomendou conversar com alguém que também sabia contar as “histórias do início”. A família Zanella chegou “antes do Incra” nas terras de Ariquemes, no ano de 1972, por indicação de um primo que já estava morando em Rondônia. Disseram a eles que naquelas terras poderiam ficar mais próximos do eixo da BR se comparado a Ouro Preto d’Oeste, o que representava terras mais valorizadas e com mais fácil acesso no momento do início da colonização. Os Zanella são parte de uma

5 De acordo com Thorne (1992), nota-se a relevância das políticas sociais e públicas ao incidirem nas relações sociais, no caso aplicado a este texto, principalmente nas relações familiares.

6 Conforme salienta Martins (2012), o “imigrante” deixa de ser visto pelo Governo Federal como um indivíduo sexuado e etário, passando a ser considerado “força de trabalho”, isto é, a “reprodução física da sociedade é articulada com o processo de reprodução social” (MARTINS, 2012, p. 160).

7 A pesquisa de campo em Rondônia foi realizada entre os anos de 2011 e 2013, compondo a tese de doutorado da autora, de onde muitas informações e análises de campo foram retiradas, conforme Cordeiro (2015).

família de ascendência italiana que, em Colatina, no Espírito Santo, cultivavam café e cana-de-açúcar.

Abel Zanella, o irmão mais novo, contou que, quando chegaram, o território de Rondônia estava passando por um processo de redistribuição de terras. As grandes áreas de seringueiros com 40 ou 50 mil hectares viviam um processo de definição da área que pertenceria ao seringal e daquela área que seria distribuída aos pioneiros. A “linha Ariquemés” seria um grande empreendimento, com cerca de 6 mil alqueires, dependendo do projeto. Quando a sua família chegou, nem o PAD Burareiro ainda estava estabelecido. “Era um momento de construção geopolítica”, afirma Abel. Depois que o “Incrá chegou”, as terras “ficaram mais perto” do eixo da BR, que era uma orientação de localização, o que aconteceu em 1977/1978, período de “abertura” da cidade de Ariquemés. Ele comenta que, no início:

Ariquemés era a pista de avião lá na beira, onde hoje é o [bairro] Marechal Rondon. Era a Vila Velha onde chegava o bote. O meio de transporte era por água. E, aí, acrescentou a pista de avião com o transporte aéreo. Acrescentou a pista aérea, que era em função do garimpo.

Ele informa que o Incra começou a “cortar” os lotes para entregar às famílias selecionadas que se encarregariam da “abertura das terras”: “É o alinhamento, pegava uma linha de apoio – a chamada picada⁸. Sob a serra, desce serra, pega a linha da bússola e vamos embora”. As terras que o Incra começou a “cortar” eram apenas retângulos no mapa, os já mencionados “quadrados burros”. Portanto, Abel Zanella, além de narrar sobre aquilo que existia quando chegou a Rondônia, mesmo antes do Incra, faz um relato mais “histórico” dos períodos de colonização, dividindo-os em três momentos, os ciclos extrativistas, garimpeiros e agrícolas. Ele caracteriza os

8 Picada é uma abertura estreita na mata, suficiente para que pessoas possam caminhar para “abrir” os seus lotes.

Zanella como uma das primeiras famílias agrícolas de Ariquemes⁹, isto é, responsáveis pela inauguração desse novo ciclo.

Adalberto Martini, por não ter a comprovação financeira necessária para ser enquadrado como Burareiro, já que era necessário um extrato bancário que atestasse um capital inicial, foi selecionado para ter terra no PAD Marechal Dutra. Ao conversar comigo em Alto Paraíso, um dos municípios que fazia parte de Ariquemes antes da emancipação, ele se recorda que da primeira vez em que ouviu falar de Rondônia, estado que era associado à propaganda de governo na época. O lema “Integrar para não entregar” aparece logo nas primeiras palavras do seu Adalberto sobre a abertura de Rondônia. Havia uma confluência da memória pessoal com o discurso do Estado sobre a ocupação das terras. Ele comenta que também sabia que existia investimento voltado para a colonização no Pará:

Já tinha no Pará [colonização]? Lá, eu não sei se foi [...]. Foi divulgado mesmo o pessoal do Pará incentivando o pessoal [de outros lugares] a ir para o Pará. E tinha ônibus que ia pegar esse pessoal. Você fazia uma lotação de ônibus, mas Rondônia não teve isso, né? Aí, eu pensei, ué, mas por que Pará? Não tem outros lugares lá? Aí surgiu Rondônia também. Começou aquela história: Integrar para não entregar [risos]. E aí, eu falei “vamo lá e vamo ver, não é?”. Eu sou paulista, criado no Paraná, casei no Paraná. E tinha uma vontade de possuir um pedacinho de terra. Nós tínhamos um pedacinho de terra, mas era muito pequenininho. (Adalberto, 30/04/2012).

9 Tal como demonstra Desconsi (2011) em relação aos pequenos proprietários de Mato Grosso do Sul, estava em jogo também para as famílias que se deslocaram para a Amazônia uma avaliação cotidiana das possibilidades de acesso à terra em assentamentos rurais. No entanto, diferentemente da argumentação do autor, para as famílias dos projetos de assentamento dirigidos em Rondônia não se tratava apenas de um horizonte de possibilidade para acesso ao trabalho agrícola, a terra representava a possibilidade de poder deixar um bem de herança às gerações futuras. Isso porque no sul do país as terras estavam já sofrendo um processo intenso de subdivisão, impedindo que os filhos dos moradores da zona rural pudessem permanecer na terra.

A motivação do deslocamento geralmente aparece bastante alinhada com o que Adalberto disse: a vontade de possuir um pedaço de terra para a família. Ao chegar a Rondônia, ele confirma que tinha que realizar a derrubada, senão o Incra tomaria as terras de volta, visto que as leis que organizavam a porcentagem da terra que poderia ser aberta foram efetivamente cobradas posteriormente.

Adalberto, antes de ir a Rondônia, havia se casado e os 5 alqueires de terra não eram suficientes para nove irmãos; portanto, era necessário, em suas palavras, “esparramar”. Este uso do termo faz sentido somente quando é conjugado com a categoria de família, já que se “esparramar” significa organizar um espaço para trabalhar com a família com o objetivo de, depois, deixar a terra para seus filhos. Antes disso, combinou com um grupo de homens que viria até Rondônia para olhar as terras, a fim de, mais tarde, decidir se eles trariam as suas famílias e onde iriam se instalar no município de Cacoal:

Aí vim olhar. Montamos um grupo. Nós viemos em cinco pessoas. O carro pequenininho, um Maverick na época. Viemos olhar. Chegamos até Cacoal; na época, era Cacoal e Rolim de Moura que estavam entregando as terras. Aqui ainda não estava ainda. O Incra estava instalando ainda, mas a gente não ficou sabendo. De Cacoal, nós voltamos pra trás. Fizemos a inscrição em Cacoal para pegar terra em Rolim de Moura. Quando nós chegamos de volta lá no Paraná, “rapaz, Ariquemes, o Incra está entregando terra na área, você chega e pega o cartão na hora”. E lá, a gente tinha feito a inscrição e não podia pegar na hora, tinha que esperar. Nisso a gente já tinha voltado para o Paraná. Tinha olhado tudo, gostado demais. Veio eu, meu sogro, um gaúcho que era vizinho nosso lá, o motorista do carro e Otávio Zanon, que já morreu também. Aí meu sogro voltou, falou: “não, eu vou lá ver”. Poxa, eu pensei, mas a gente vai andar esse tanto de quilômetro de novo? “Eu não vou não. Você vai, eu fico”. (Adalberto, 30/04/2012).

O sogro de Adalberto, ao voltar a Rondônia, recebeu o lote de terra rapidamente em Ariquemes, e não em Cacoal. Ele fez a inscrição no Incra,

conseguindo obter um lote de terra no PAD Marechal Dutra e uma data, um terreno urbano, na incipiente cidade. Podemos ver, por meio da apresentação das famílias, que seus movimentos estão ligados à necessidade de “esparrramar” de forma a possuírem terra para os outros familiares, associado ao discurso oficial da propaganda dos lotes na Amazônia veiculado pela Ditadura Militar. O projeto familiar se adequava às condições oficiais que estavam disponíveis, na ocupação dos “quadrados burros” como nos casos apresentados ou das “espinhas de peixe”, tal como será demonstrado a seguir.

“Espinhas de peixe” – marcação espontânea e o “criar família” em Roraima

A ocupação de Roraima pelos migrantes em busca de terra ocorre um pouco mais tarde do que em Rondônia, iniciada com a criação na porção sul do estado do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá, em 1979. Desta feita, Roraima tem um histórico de ocupação mais recente por sua localização geográfica, dinâmica de ocupação e, também, pelo processo de atribuição de terras ao estado. Assim como o Amapá, Roraima era anteriormente território federal; apenas recentemente começou a ser concluído o processo de regularização fundiária.

A falta de infraestrutura local para o escoamento da produção dos recém-chegados mostrava que a possibilidade de ter terra não esgotava as questões essenciais para as famílias. Além disso, segundo Cardoso (2009, p. 68), em Roraima, iniciativas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o POLAMAZÔNIA, postos em prática durante as décadas de 1970 e 1980, foram responsáveis pelo adensamento dos conflitos, pois “[...] surgiram muitos embates entre empresários, fazendeiros, madeireiros, indígenas, posseiros, grileiros, colonos e trabalhadores rurais”. Tensões de um passado não muito distante e que, atualmente, se intensificam com a expansão da ocupação do estado e do fortalecimento do poder político local. Diferentemente de Rondônia, uma sede do Incra foi construída apenas em

1979, na área atual do município de Rorainópolis, no sul de Roraima, onde teve início a colonização da área no período da Ditadura Militar. Porém, já no início da década de 1970, muitas famílias estavam se deslocando para a área e, de acordo com Santos (2013), fazendo a marcação da terra “de forma espontânea”, sem seguir as orientações do Incra, delimitando as áreas com cipó-tiririca. Isto é, uma área de terra era atribuída para cada família, organizada pelos próprios grupos que foram ocupando as terras; entretanto, posteriormente, coube ao Incra o papel de regularização. Essa informação é confirmada não somente pelas famílias que fizeram parte do estudo de Santos (2013) mas também pelos técnicos do Incra que ela teve a oportunidade de entrevistar.

Atualmente, um dos projetos relacionados ao agronegócio em Roraima, em curto prazo, é a implantação da soja no estado. No estado que representa a última fronteira agrícola do Brasil, tem crescido a produção de soja, de dendê e de gado bovino de corte. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre 2017 e 2018 aumentou em 25% a área destinada ao plantio de soja. Roraima é considerado um “oásis” na produção de soja convencional no país. Dessa maneira, o bioma do lavrado vem sendo retratado como o último “vazio demográfico” da Amazônia, guardando as mesmas características do cerrado brasileiro, com a possibilidade da produção alternada em relação à safra do Centro-Oeste.

A maioria dos produtores entrevistados ocupou a região da vila de Entre Rios em meados da década de 1970, mas atualmente poucos vivem da produção agrícola, com destaque para a produção de banana, quando houve entraves no escoamento da produção que se agravaram após o incentivo do antigo governador do território de Roraima Ottomar Pinto (1979-1983). Os colonos, denominação utilizada localmente para os produtores rurais “do início”, relatam uma intensa dinâmica de mobilidade, sendo o quarto ou quinto estado para o qual se deslocaram para trabalhar, corroborando a afirmação do estado de Roraima como “última fronteira agrícola”. Os colonos que ainda permanecem com sua produção agrícola veem nos sistemas agroflorestais uma possibilidade de produção sustentável a partir de

seus lotes de terra. Todos os entrevistados já possuem o título de domínio definitivo da terra. No que pese a sobreposição das terras, não há conflito com as populações indígenas. Os entrevistados explicam que os Wai Wai¹⁰ possuem a sua terra demarcada, localizada próximo à região, e os pequenos produtores respeitam os limites, possuindo maior interação com os indígenas no “tempo da política” (PALMEIRA, 2002) e, também, no início do mês, quando vão à vila para fazer compras e receber benefícios sociais, como o Bolsa Família.

A trajetória dos trabalhadores rurais que vivem atualmente em Roraima é marcada por uma sucessão de deslocamentos, o que pode também incluir Rondônia. Fábio¹¹, morador de Entre Rios, é natural de Minas Gerais, mudou-se para a Bahia aos oito anos com os pais; depois, foi até Goiás. Um irmão que morava no Paraná chamou-o para trabalhar no sistema de arrendamento na lavoura de hortelã; casou-se naquele estado; depois, ele se deslocou com a esposa para o Mato Grosso, com a intenção de possuir terra. Posteriormente, seu pai falou de uma posse que tinha na área de Corumbiara, Rondônia, fazendo um novo movimento de família.

Depois Fábio soube da “fofoca de Roraima” e quis ir “abrir espaço”. Avaliou que a área iria se desenvolver porque estava perto de uma estrada federal próxima de onde mora hoje. Ele se mudou apenas com a esposa e os quatro filhos para o estado. Fábio afirma ter orgulho em dizer que atualmente cada um dos filhos possui uma terra própria ou estão concursados. O objetivo de vir para Roraima era criar família, mas ele conta que sofreu muito pela falta de infraestrutura do estado no início da colonização.

Roberto é natural do Alagoas e mora há 36 anos em Roraima. Ao sair de sua terra, foi arrendar terras em São Paulo; posteriormente, mudou-se para o Paraná, Mato Grosso e, por fim, Rondônia. “Andava” com um cunha-

10 Os Wai Wai são um povo indígena falante da família linguística Karib, , na sua maioria, com população presente no Rio Essequibo na Guiana, os Rios Anauá e Jatapuzinho em Roraima (próximo à área citada nessa pesquisa), os Rios Jatapu e Nhamundá no Amazonas, e o Rio Mapuera no Pará.

11 Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos interlocutores.

do dele que era gaúcho e que soube da oportunidade de possuir 300 hectares em Rondônia. Com a venda das terras, veio para Roraima, que era um “espaço novo” e o governo ainda doava terras, o que estava cada vez mais escasso em Rondônia.

Ele conseguiu obter o título da propriedade de terra, mas vendeu o lote há dois anos, quando se aposentou. Argumentou que era muito trabalho para ele, as suas duas filhas já possuíam outras terras. Produzia arroz, feijão e milho tanto em Rondônia quanto em Roraima. Quando chegou ao estado, durante o governo de Ottomar Pinto, a produção era orientada principalmente para banana, laranja e gado. Roberto se diz muito satisfeito com aquele governo; para ele, “os outros que vieram depois” não incentivaram a produção agrícola do estado.

A terra de Roraima não tem a mesma qualidade se comparada a Rondônia, Mato Grosso ou Paraná, pois, pela quantidade de chuvas, ele acredita que poderiam produzir muito mais do que produzem na realidade. No entanto, considera que Roraima é um “lugar para todos”. José comenta: “Rondônia era muito bom, tinha terras boas, mas o destino fez a gente andar. Com aquela fama e a gente acaba se destacando”. Ele também trabalhou no garimpo, porque, no início da colonização, era mais lucrativo do que a terra, e conseguiu comprar outro lote em poucos meses; no entanto, tinha que “deixar a família” durante esse período.

João saíra de sua terra natal (Paraná) e se deslocou para o Mato Grosso durante a Ditadura Militar pelos incentivos de distribuição de terra; posteriormente, foi para Rondônia e, por fim, Roraima. Em suas palavras sobre o seu atual paradeiro: “Não aceitei sair daqui, não tem destino melhor que aqui”. Em Rondônia, tinha planos de ser empregado, pois morava na cidade, mas não conseguiu. Como era solteiro e veio para Roraima adquirir terra, voltou para a agricultura nesse estado. O seu pai nunca “saiu da agricultura, morreu sendo agricultor”. Assim que chegou a Rondônia, “no início”, tinha que arrendar terras, mas isso mudou em Roraima: “foi moleza, porque tinha motivação do governo”.

No Paraná, “mexeu” com soja, café, algodão, amendoim. “Naquele tempo não tinha tanto inseto; hoje, tem que plantar com veneno. A melhor terra era a do Paraná, inclusive pela facilidade de escoamento da produção”. No Mato Grosso, trabalhara de empreitada para um e outro, na lavoura de soja, arroz, algodão e amendoim. João possui uma chácara (que seria chamada de sítio em Rondônia) de três alqueires. “Se tiver mais de 20 alqueires, é considerado uma fazendinha”. Ele ainda destaca as distinções do processo de seleção: “Qualquer peão tem lote em Roraima, mas em Rondônia tem que fazer inscrição, seleção e, se for solteiro, não pega terra”.

Caminhos e pertencimentos na Amazônia rural brasileira

Aqueles que podem contar a respeito do deslocamento até Rondônia ou Roraima são denominados “pioneiros” no primeiro caso ou os “colonos” antigos. O aspecto comum nos dois casos é que os homens são aqueles que detêm a possibilidade de contar a história “do início”. O “pioneiro” ou a qualidade de desbravador associa-se à reputação masculina. As mulheres apenas se sentem autorizadas a contar sobre as trajetórias de deslocamento iniciais se tiverem desenvolvido uma atividade considerada “produtiva”, isto é, fora do espaço doméstico, por exemplo, exercer o magistério na região.

O deslocamento para Rondônia inclui quatro movimentos¹² de família, que são compostos – “vir e ver as terras”; “o momento da viagem”; “a abertura do lote”; “o período de ‘formar o lote’ e ‘formar os filhos’”. Essas etapas foram selecionadas a partir dos relatos das famílias como significati-

12 Deixo claro que os “movimentos de família” fazem parte de um recorte analítico a partir do qual as famílias me contaram a respeito de sua trajetória, o que não foi informado necessariamente de maneira linear. Conforme Bourdieu (1996, p. 190) argumenta, ao tratar da “ilusão biográfica”: “Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.

vos para ordenar a sua trajetória, além de serem recorrentes entre elas. Já o deslocamento para Roraima inclui a movimentação anterior para o trabalho contratado na terra, sobretudo no sul do país, bem como possivelmente uma passagem em outro estado com o intuito de possuir uma terra própria – que pode ser, inclusive, Rondônia. A ida ao estado é vista como uma das últimas possibilidades de possuir terra, seja para aquele que realizou o deslocamento, seja para as gerações seguintes. Mais do que estabilizar os movimentos dos trabalhadores rurais, pretende-se mostrar como o processo de colonização da Amazônia mobiliza uma rota de deslocamento, o que implica, às vezes, a participação em mais de um processo seletivo de família e, certamente, mais de um processo de abertura de “terra”.

Assim, o termo “terra”, arbitrariamente recortada em “quadrados burros” ou “espinhas de peixe”, articula significados diversos – tem a ver com um movimento familiar que se define pela história familiar, e a família se define por movimentos na terra. O termo também alude à propriedade da terra, adquirida por meio da seleção na política de colonização ou posterior compra; ou mesmo a “terra natal”, isto é, a terra própria ou de outrem na qual se trabalhava antes do deslocamento.

As noções de terra, família e deslocamento descrevem não somente a história de colonização, mas também um modo de existência próprio dos chamados “pioneiros” e de suas famílias, profundamente articulado aos seus movimentos. Nessa direção, compreendendo as categorias nativas acerca do movimento como uma experiência, Carneiro e Dainese (2015, p. 145) analisam sobre a noção de movimento, levando em conta:

Dimensões intensivas e extensivas, diversidade de direções, durações, percursos, ritmos, velocidades, práticas, agenciamentos, e relações com desacelerações, pousos e paradas ajudam-nos a apurar, precisar e ressaltar algumas formas específicas com que o movimento surge à análise como princípio organizador de dinâmicas sociais.

Verifica-se que as movimentações de família são responsáveis, em última medida, por criar mais família, tornando a ruptura parte constitutiva

– portanto, não disruptiva – da dinâmica familiar. Trata-se de estratégias não “oficiais” que são também contadas por outras famílias que se deslocaram para a Amazônia em 1970 e 1980. Estão em jogo, dessa forma, a política não estritamente ligada à esfera pública, especificamente no que tange à compreensão dos modos de ser e de pertencer ligados à gestão da terra na Amazônia.

Por isso, o movimento aparece como algo necessário, principalmente para aquelas famílias que não possuíam terra, não eram consideradas “grandes”, não sendo a primeira vez na história da família que havia a necessidade de se “esparramarem”. Outros termos nativos para aludir ao movimento como “andar”, “debandar”, “parar” demonstram as várias matizes e trajetórias que as famílias percorreram não apenas na Amazônia, o que não cabe em uma contabilidade estática da noção de migração (PALMEIRA; ALMEIDA, 1977). A noção de “terra” se conecta com a noção de “família”. A primeira noção, inclusive, é utilizada a partir da formulação oficial e faz referência à arbitrariedade dos “quadrados burros” no caso de Rondônia ou às “espinhas de peixe” no caso de Roraima que, pela forma de organização espacial dos lotes, diminuía a possibilidade de relações de vicinalidade logo no início da colonização.

O termo “esparramar”, que apareceu nos relatos etnográficos de Rondônia, é, portanto, bastante eloquente. O “esparramar” não se opõe à separação, mas mostra como a separação é constitutiva da união. O espaço é continuamente reconfigurado à medida que novos núcleos familiares vão sendo formados, dando novos contornos a terra e à família. O “esparramar” divide a família de origem em outros núcleos que ampliam a sua área de atuação. Trata-se de uma maneira de a família se reproduzir socialmente, contrapondo-se a pressões da sociedade no sentido de sua dissolução¹³. Nesse sentido, os “movimentos de família” são também esperados, além

13 Thomas e Znaniecki (1918, p. 107) apontam que a família é uma organização dinâmica, e as mudanças internas – como o casamento, o nascimento e crescimento – são incluídas como normais e não como algo inesperado.

de Rondônia não ser o primeiro lugar para o qual se deslocaram, ainda que os sentidos desses deslocamentos sejam diferenciados. O “esparramar” faz parte de um esquema reprodutivo que ocorre na vida dessas famílias, seja quando se deparam com o problema da falta de terras para a próxima geração, seja em função dos diferentes posicionamentos dos filhos e netos de “pioneiros” a respeito de seus próprios futuros, não incluindo a permanência na terra. Ademais, esse termo pode se aproximar à análise de Marques (2015), na medida em que se trata da efetuação de um projeto, ao verificar essa referência a “seguir adiante” para as famílias gaúchas que pesquisou em Mato Grosso.

O termo pioneirismo, por sua vez, define uma geração determinada nesse contínuo processo de se “esparramar” ao longo dos tempos. Há, por outro lado, uma identificação das novas gerações com a categoria de “pioneiro”, de certa forma herdada, transmitida de pai para filho como uma herança a ser considerada em seus atos presentes. Ao refletir sobre as noções nativas de “terra” e “família”, pretendo, portanto, complexificar os sentidos do uso do termo pioneiro. O pioneirismo (ou a qualidade de desbravador no caso de Roraima) enquanto forma de pertencimento evoca, ao mesmo tempo, um projeto nacional e um traço da família. Ser “pioneiro” ou ser filho ou neto de “pioneiro” ou “colono do início” marca uma relação particular entre família e terra. “Pioneiro” e “colono antigo” são aqueles que participam da “construção do novo” a partir do “destino que faz andar”, imprimindo a marca pessoal em um projeto nacional, seja na ocupação dos “quadrados burros” ou das “espinhas de peixe”.

Considerações finais

Podem ser apontadas virtudes na comparação entre os casos apresentados de Rondônia e Roraima. Existe uma rota de deslocamento dos trabalhadores rurais, a partir da década de 1970, em busca de terras e oportunidades de trabalho, não necessariamente agrícolas, que passa por Rondônia se estendendo até Roraima, considerada a “última fronteira agrícola do país”.

Assim, as dinâmicas de uso da terra são replicadas, ao mesmo tempo em que reorganizadas localmente pelas famílias nos estados onde chegaram, mas também porque se defrontam com problemas em torno da regularização fundiária. As terras em Roraima podem ser vistas como uma oportunidade para os filhos que não possuíam lotes em Rondônia “criarem família” nesse outro estado e para aqueles que seguiam o “destino que fazia andar”, tal como relatam alguns dos primeiros moradores da vila de Entre Rios, em Caroebe, no sudeste de Roraima. Além disso, muitos trabalhadores rurais relatam que ocupavam as terras, antes mesmo de serem lotes regularizados, ainda na década de 1980, processo distinto do que ocorreu em Rondônia. Isto é, as “espinhas de peixe” ainda não estavam totalmente formuladas no período da ocupação dos trabalhadores rurais; ao passo que os “quadrados burros” ofereceram dificuldades à ocupação por conta das características arbitrárias de relevo e curso hídrico. As noções de terra são imbricadas com o movimento da família tal como vimos anteriormente.

Dessa maneira, ao utilizar o conceito de migração, não descarto a sua heterogeneidade (GARCIA, 1983; SAYAD, 1998), apenas situo o movimento em uma correlação de forças que permite uma aproximação identitária do grupo camponês. Tal como analisado por Marques (2015), no contexto dos gaúchos que se movimentaram para Mato Grosso, a iniciativa da mudança se dá dentro dos grupos familiares, visto que há uma referência a figuras masculinas que orientam essa decisão que, apesar de ser narrada individualmente, é um movimento coletivo. Rondônia e, posteriormente, Roraima contribuíram como espaços para a possibilidade de permanência da condição camponesa, uma vez que ofereceram um lugar para que as famílias pudessem se movimentar e, assim, reproduzir essa condição, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

Os processos de deslocamento de trabalhadores rurais no país estão em curso, entre estados, para outras terras no mesmo estado ou para o espaço urbano. Ainda que possivelmente haja um esgotamento de explicações sobre os processos de deslocamento para o norte do país ou mesmo os deslocamentos de trabalhadores “em busca de terras”, acionar o “lavra-

do” é um dos caminhos em Roraima para o estabelecimento de uma última fronteira agrícola. Se, por um lado, atualmente o “lavrado” apareça como oportunidade de deslocamento ainda que diversamente orientada pelas famílias que ocupam esse espaço; por outro lado, o agronegócio se apropria novamente do espaço com o argumento datado e incorreto de “vazio demográfico”. Portanto, o agronegócio pode ser visto como um agente que indiscriminadamente ceifa o bioma amazônico e atualiza as relações de subordinação no campo.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, 1990. p. 15-25.

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CARDOSO, C. A. S. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima*. 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade do Maranhão, São Luís, 2009.

CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 143-166, 2015.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. *A casa a rodar: projetos e pioneirismo na Amazônia ocidental*. 2015. 236 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários Rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil no Mato Grosso*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. v. 1.

GARCIA, Afrânio. *Terra de Trabalho*. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HÉBETTE, Jean. A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In: HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.

INCRA. *Apêndices dos Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*. Salvador, 20 a 24 de agosto de 1984.

MARQUES, Ana C. Movimentos em Família. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 2015.

MARTINS, José Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 171-178.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1977. (mimeografado).

SANTOS, Maria José dos. Tecendo a história: Índícios do surgimento da luta dos movimentos sociais do campo em Roraima. *Revista Textos & Debates*, Boa Vista, n. 18, p. 113-128, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America: monograph of an immigrant group*. Chicago, Boston: The University of Chicago Press; Badger, 1918.

THORNE, Barrie. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (org.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 3-30.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.